ENTRE SILÊNCIOS E POSSIBILIDADES: OS MULTILETRAMENTOS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AMARGOSA-BA

Mayara Cardoso Sampaio[1]
Robério Pereira Barreto[2]

Eixo 3 – Políticas Públicas Educacionais, Currículo, Extensão Universitária e Processos Tecnológicos

Resumo

Este estudo, ainda em andamento, realiza uma análise crítica do Plano Municipal de Educação de Amargosa-BA (PME 2015–2025), articulando os referenciais da Pedagogia dos Multiletramentos (Cope; Kalantzis, 2000; Rojo, 2012) e da Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2012). A pesquisa parte da vivência da autora como coordenadora pedagógica na rede municipal e da escuta cotidiana das práticas escolares, buscando compreender como o PME contempla (ou silencia) as demandas contemporâneas relacionadas à linguagem e à formação cidadã. Justifica-se pela urgência de políticas públicas que reconheçam os multiletramentos, práticas de leitura e escrita que integram modos semióticos diversos (verbal, visual, sonoro, digital, gestual), como dimensões essenciais para a justiça educacional no século XXI. O objetivo é investigar de que modo o PME considera as competências leitoras multimodais, identificando lacunas e possibilidades para sua incorporação no novo ciclo de planejamento (2025–2035). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem documental e interpretativa. O corpus da análise é o texto integral do PME, estruturado em quatro eixos: (1) contextualização territorial e afetiva; (2) mapeamento das diretrizes legais; (3) reconstrução do processo de institucionalização do plano; e (4) leitura crítica à luz dos multiletramentos. Os resultados parciais indicam que, embora o PME inclua metas relevantes como alfabetização, formação docente e tecnologias, adota uma concepção restrita de linguagem. Termos como "multiletramentos" e "leitura multimodal" estão ausentes, mas há brechas, como oficinas e laboratórios multimídia, que podem sustentar práticas mais inovadoras. Conclui-se que o novo PME representa uma oportunidade para reconfigurar o currículo de modo mais inclusivo e sensível às culturas digitais e juvenis.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação. Multiletramentos. Políticas Públicas.

[1] Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Mestranda em Tecnologias das Linguagens – PPGTEL; may-mcs@hotmail.com.
[2] Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Professor Orientador – PPGTEL; rpbarreto@uneb.br.

ISSN 2674-7227

Introdução

Esta pesquisa nasce das experiências cotidianas nas escolas da rede municipal de Amargosa, Bahia, a partir da escuta sensível das demandas que emergem dos espaços educativos. Como coordenadora pedagógica atuante, a autora convive diretamente com os desafios enfrentados por professores, com as dúvidas dos estudantes e com práticas pedagógicas que, em muitos casos, se mostram descoladas das transformações culturais, tecnológicas e comunicacionais que atravessam o século XXI. Nesse cenário, emerge uma inquietação: como os currículos escolares dialogam com as novas formas de linguagem que configuram a vida contemporânea, especialmente nas juventudes? Essa pergunta mobiliza uma investigação comprometida com a construção de uma educação mais justa, plural e sintonizada com a realidade dos sujeitos.

A convivência com alunos dos anos finais do ensino fundamental revela um descompasso significativo entre as práticas escolares e as formas de linguagem que circulam no cotidiano juvenil. Enquanto memes, vídeos curtos, músicas, jogos digitais e narrativas visuais estruturam boa parte do repertório comunicacional desses estudantes, a escola permanece, em grande parte, ancorada no texto verbal impresso e em metodologias que pouco dialogam com essas linguagens. Essa distância entre o que se vive e o que se ensina denuncia não apenas uma lacuna técnica, mas uma questão política e formativa: o que a escola ensina sobre linguagem, leitura e cidadania quando desconsidera os modos de expressão que permeiam o cotidiano dos sujeitos que ela forma?

É diante dessa constatação que se insere a análise crítica do Plano Municipal de Educação de Amargosa (PME 2015–2025), com o objetivo de investigar se, e como, o documento contempla as competências leitoras multimodais e os multiletramentos enquanto direito educacional. A pesquisa parte da concepção de que os multiletramentos, definidos como práticas de leitura e escrita que integram diferentes modos de significação (verbal, visual, sonoro, gestual e espacial), não representam apenas uma inovação pedagógica, mas uma necessidade formativa e uma dimensão central da justiça educacional no século XXI (Cope; Kalantzis, 2000; Rojo, 2012; Coscarelli, 2016). Formar sujeitos autônomos e críticos implica reconhecer e valorizar as múltiplas linguagens presentes na cultura digital e nas interações sociais, indo além da alfabetização tradicional centrada na decodificação do texto escrito.

Ao mesmo tempo, a investigação se ancora na Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2011), adotada como orientação formativa na rede municipal. Nessa perspectiva, o currículo é compreendido como território de disputa ideológica, onde se expressam diferentes projetos de

ISSN 2674-7227

sociedade. A articulação entre a Pedagogia dos Multiletramentos e a Pedagogia Histórico-Crítica permite, assim, construir uma leitura do PME que não se limita à presença ou ausência de termos no texto legal, mas que busca interpretar os sentidos atribuídos à linguagem, à leitura e à formação humana na política curricular local. Nesse sentido, o documento oficial é compreendido como síntese de escolhas políticas que revelam tanto potencialidades quanto silenciamentos.

No contexto nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) já reconhece a necessidade de desenvolver competências relacionadas à leitura multimodal e ao uso de diferentes linguagens (digitais, artísticas, científicas e visuais). A leitura, segundo esse marco legal, exige não apenas fluência no código escrito, mas também criticidade, repertório e sensibilidade estética para interpretar textos que circulam em diferentes mídias. Apesar desse avanço, muitos planos municipais, como o de Amargosa, ainda operam com uma concepção restrita de letramento. Embora o PME traga metas relevantes como alfabetização, educação integral e formação docente, não menciona explicitamente termos como "multiletramentos", "leitura multimodal" ou "educação midiática", revelando uma lacuna conceitual importante.

Contudo, o documento não está isento de possibilidades. Algumas ações previstas, como a utilização de laboratórios multimídia, oficinas culturais e formação em tecnologias, embora ainda não estruturadas sob uma concepção crítica de linguagem, podem ser compreendidas como brechas para a inserção de práticas multiletradas. Essa ambiguidade evidencia que o problema não se resume à ausência de termos, mas à falta de uma política pedagógica articulada que reconheça os multiletramentos como parte fundamental da formação dos estudantes. Nesse sentido, a ausência desses conceitos no PME não é neutra: ela expressa um limite político-pedagógico que precisa ser enfrentado coletivamente, sobretudo diante do novo ciclo de planejamento educacional previsto para 2025.

Inserida no debate atual sobre currículo, letramento e políticas públicas, esta investigação dialoga com o Eixo 03 do CINTERGEO 2025: "Itinerâncias e Redes Formativas: Políticas Públicas Educacionais, Currículo, Extensão Universitária e Processos Tecnológicos". Ao articular vivências da educação básica com referenciais teóricos críticos, a pesquisa visa contribuir para o fortalecimento de uma política curricular mais sensível às múltiplas formas de leitura, expressão e pertencimento presentes nas escolas da rede municipal de Amargosa.

ISSN 2674-7227

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental e interpretativa, fundamentada na Pedagogia dos Multiletramentos (Cope & Kalantzis, 2000; Rojo, 2012; Coscarelli, 2016) e na Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2008). O objetivo é analisar criticamente o Plano Municipal de Educação de Amargosa-BA (PME 2015–2025), identificando como o documento contempla, omite ou possibilita a inserção dos multiletramentos no currículo. O corpus é composto pelo texto integral do PME e registros de uma análise que se estrutura em quatro eixos: (1) contextualização territorial e afetiva, valorizando o território como componente formativo; (2) mapeamento das diretrizes legais relacionadas à linguagem e leitura; (3) reconstrução do processo de elaboração do PME, com base em documentos oficiais e registros institucionais; e (4) leitura crítica à luz dos multiletramentos, com atenção às lacunas e potencialidades do documento.

Utiliza-se a análise textual qualitativa (Bauer & Gaskell, 2017), considerando os documentos como construções ideológicas (Apple, 2006). A inserção da pesquisadora no contexto escolar é compreendida como recurso metodológico potente, alinhado a uma perspectiva crítica (Minayo, 2014), que valoriza a escuta situada e a devolutiva coletiva como parte do processo de pesquisa e transformação educativa.

Resultados e discussões (em andamento)

Os resultados parciais da análise crítica do Plano Municipal de Educação de Amargosa-BA (PME 2015–2025) revelam tensões significativas entre as metas e estratégias previstas no documento e as concepções contemporâneas de linguagem defendidas pela Pedagogia dos Multiletramentos. Embora o PME inclua diretrizes voltadas à alfabetização, formação docente, educação em tempo integral e uso de tecnologias, essas iniciativas ainda operam majoritariamente dentro de uma concepção tradicional de letramento, centrada na decodificação do texto escrito, sem integrar outras formas de significação como o visual, sonoro, gestual ou digital (Cope; Kalantzis, 2000; Rojo, 2012).

Termos como “multiletramentos”, “leitura multimodal” ou “educação midiática” não aparecem em nenhuma parte do texto, o que evidencia uma lacuna conceitual importante. Esse silêncio institucional reforça uma visão restrita da leitura, desconsiderando os modos de produção e circulação de sentido que compõem o cotidiano dos estudantes, sobretudo os das juventudes periféricas. Essa ausência também indica um distanciamento entre o PME e o que

ISSN 2674-7227

propõe a BNCC (2017), que reconhece as múltiplas linguagens como essenciais para o desenvolvimento das competências leitoras na contemporaneidade.

Apesar disso, o documento apresenta algumas brechas que podem ser mobilizadas em direção a uma prática pedagógica mais dialógica e crítica. Estratégias como oficinas culturais, laboratórios multimídia e incentivo ao uso de tecnologias apontam para um reconhecimento, ainda que indireto, da importância de práticas educativas mais conectadas à cultura digital. No entanto, tais ações não estão articuladas a uma proposta formativa consistente com os princípios dos multiletramentos, limitando seu potencial transformador.

A leitura crítica do PME, aliada à experiência da pesquisadora no cotidiano das escolas, permite afirmar que a ausência dos multiletramentos no documento não é neutra: ela expressa um limite político-pedagógico que precisa ser enfrentado. Sua superação exige uma escuta ativa da comunidade escolar e o fortalecimento de políticas curriculares que considerem as múltiplas formas de expressão e leitura como direito de todos os estudantes.

Considerações provisórias

As análises realizadas evidenciam que o Plano Municipal de Educação de Amargosa-BA (2015–2025) carece de uma abordagem efetiva sobre os multiletramentos, mantendo uma concepção tradicional de letramento, desvinculada das práticas comunicacionais contemporâneas. A ausência de diretrizes claras para o trabalho com múltiplas linguagens revela um descompasso entre o currículo proposto e as vivências dos estudantes, especialmente os das camadas populares, cujas formas de expressão circulam com intensidade nas mídias digitais.

No entanto, as brechas identificadas no PME atual indicam possibilidades de transformação. A iminente revisão do plano (2025–2035) representa uma oportunidade estratégica para reposicionar a leitura multimodal como direito educacional. Para isso, é essencial promover a formação crítica de educadores, articular políticas públicas sensíveis à cultura digital e valorizar os repertórios juvenis nos processos formativos.

Esta pesquisa reafirma a importância de uma escuta comprometida com a realidade escolar e da articulação entre teoria, prática e vivência como caminhos para uma educação mais justa. Incorporar os multiletramentos ao currículo não é apenas uma inovação pedagógica: é um ato político de reconhecimento das múltiplas vozes que compõem a escola pública e de compromisso com a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

ISSN 2674-7227

REFERÊNCIAS

AMARGOSA (BA). **Plano Municipal de Educação de Amargosa: 2015–2025.** Prefeitura Municipal de Amargosa, Secretaria Municipal de Educação, 2015. Publicado no Diário Oficial do Município de Amargosa, 13 jul. 2015, n. 783, ano III, p. 54. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc . Acesso em: 14 de outubro de 2024.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: PNE 2014–2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

GRUPO DE NOVA LONDRES. **A pedagogia dos multiletramentos**. Harvard Educational Review, 1996.

COPE, B. KALANTZIS, M. Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures. Routlege: London, 2000.

ROJO, R. H. R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** Parábola Editorial. (2012).

COSCARELLI; KERSCH Dorotea Frank (org.). **Multiletramentos e multimodalidade: ações pedagógicas aplicadas à linguagem.** São Paulo: Pontes Editores, 2016.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas-SP: Editora Autores Associados LTDA. 11ª edição, 2011.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Artmed Editora S.A. 2006.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes. (2017).

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ISSN 2674-7227